



Índice

- 01** [Com galhos e até pedras, indígenas fecham rodovia em MT pelo 4º dia](#)
- 02** [Exposição reúne línguas indígenas de 15 países e resgata idioma extinto](#)
- 03** [Chile aprova criação do Ministério e Conselhos dos Povos Indígenas](#)
- 04** [Lideranças protestam contra possível extinção de secretaria para povos indígenas do AM](#)
- 05** [Gastos com os jogos indígenas podem chegar a R\\$ 60 milhões](#)
- 06** [Mostra que resgata idiomas indígenas estreia hoje no Rio](#)
- 07** [Castigos infligidos a indígenas, dentro da aldeia, não afrontam a lei](#)
- 08** [Índios invadem sede da Sesai em MT para cobrar melhorias na Saúde](#)
- 09** [Estranhas invasões indígenas](#)
- 10** [Índios e ribeirinhos entregam ao governo federal protocolo para consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós](#)
- 11** [Munduruku decidem como deverão ser consultados sobre hidrelétricas e outras obras](#)
- 12** [Índios protestam no Planalto contra construção de rodovia no Pará](#)
- 13** [Índios caiapós chegam ao Planalto e exigem audiência com Dilma](#)
- 14** [Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas](#)



-
- 15** [Incrá recebe imissão na posse de primeiro território quilombola](#)
 - 16** [POLÍTICA EDUCACIONAL PARA OS TICUNA DE VILA DE BETÂNIA, NO AMAZONAS](#)
 - 17** [IGUALDADE RACIAL: Serra terá a terceira comunidade quilombola reconhecida](#)
 - 18** [Crianças Indígenas: Justiça autoriza adoção em Dourados](#)
 - 19** [Vereador Dirceu Longhi cobra vagas para estudantes indígenas](#)
 - 20** [Bloqueio na 163 completa 4 dias](#)
 - 21** [Indígenas Terena denunciam trabalho análogo à escravidão na região de Vacaria, RS](#)
 - 22** [Fazenda empossada pelo Incra será primeiro território quilombola regularizado em Goiás](#)
 - 23** [Índios ajudam PM a prender homens que assaltaram banco em José Boiteux](#)
 - 24** [Jagunços queimam casas de quilombolas no Maranhão](#)
 - 25** [O desafio do acesso de indígenas ao ensino superior](#)
 - 26** [Secretaria do Índio realiza Dia de Campo em parceria com a Embrapa](#)
 - 27** [Índios albinos: traços diferenciam comunidade Kaxinawá no AC](#)



Com galhos e até pedras, indígenas fecham rodovia em MT pelo 4º dia

SÍTIO GLOBO.COM, 02.02.2015

*Índios cobram melhorias na infraestrutura e melhores condições de saúde.
Não existe previsão para liberação do tráfego na BR-163.*

Os índios das etnias Terena e Maben-Groke voltaram a bloquear trecho da BR-163 em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, nesta segunda-feira (2). Os indígenas tinham liberado o trânsito no domingo (1º) e fecharam cerca de 20 horas depois, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Não existe a previsão de liberação da rodovia.

Cerca de 50 indígenas colocaram galhos de árvores, pneus e até pedras para impedir a passagem de veículos pelo local. Eles também usam arcos e flechas. Os índios interditaram a rodovia na sexta-feira (29) para cobrar melhorias nas áreas de saúde e infraestrutura nas aldeias, localizadas em Colíder, a 648 km de Cuiabá. O protesto também é contra a falta de medicamentos, profissionais de saúde e combustível para carros, barcos e avião e continuidade das obras dos postos de saúde.

A polícia informou que os índios não estão cobrando pedágio dos motoristas, mas não permitem a passagem de nenhum veículo pela rodovia. Sábado e domingo também houve protesto. Para os motoristas que precisar passar por esse trecho da rodovia, a alternativa é seguir pela MT-423, que liga o município de Cláudia a Marcelândia, e depois segue até a BR-163 entre Santa Helena e Terra Nova do Norte.

Essa rodovia dá acesso à região do Camping Clube em Sinop, onde os motoristas podem retornar a BR-163, sem pegar a interdição.



Exposição reúne línguas indígenas de 15 países e resgata idioma extinto

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 02.02.2015

As últimas palavras de um idioma extinto na Patagônia, expressões guardadas na memória da última falante de uma língua e um vocabulário restrito a 50 palavras que restaram de um povo. A exposição O Papagaio de Humboldt, no Oi Futuro Flamengo, no Rio de Janeiro, será inaugurada amanhã (3) e vai proporcionar aos visitantes ouvirem 15 línguas indígenas de toda a América Latina, incluindo quatro do Brasil.

Idealizada pelo Instituto Goethe e com curadoria de Alfons Hug, a exposição conta com caixas de som nas salas, que criam uma atmosfera polifônica e exigem que o visitante se aproxime de cada uma para escutar com clareza as pronúncias.

"A ideia é criar um efeito de igreja. Quando você entra em uma igreja, ouve todos orando ao mesmo tempo. Ao se aproximar, você escuta de forma mais nítida, e o que chama a atenção é a diversidade", conta Hug, que destaca que o resgate da linguagem desses povos é também um resgate de seus pontos de vista: "Sempre se fala da diversidade biológica e da preservação de animais e plantas. Mas essas línguas também representam a riqueza dos povos indígenas".

Além dos sons, a exposição traz o nome de 550 idiomas indígenas escritos nas paredes das salas, que são divididas conforme as regiões onde são faladas. Além do Brasil, há idiomas do Uruguai, da Argentina, do Chile, da Bolívia, do Peru, da Venezuela, do Paraguai, Equador, da Guatemala, Costa Rica, Nicarágua e do Panamá.

A captura dos sons reproduzidos nas instalações sonoras foi feita por artistas plásticos e cineastas dos próprios países representados e os métodos usados foram diversos: desde visitas às tribos até o resgate de gravações históricas – caso da língua extinta dos Selknam, que era falada em uma tribo da Patagônia argentina. Já no caso da língua Yagan, falada na Patagônia do Chile, a última fluente foi entrevistada pelo artista plástico Rainer Krause.

Resgatando línguas já extintas e outras bem perto da extinção, a exposição lembra o caso do explorador alemão Alexander von Humboldt. O naturalista tinha um papagaio que repetia palavras que ele descobriu serem de uma língua extinta no Caribe, o maipuré, que era falado por uma tribo que foi exterminada.

O desejo do curador é que a exposição desperte nos visitantes o interesse de aprender. "Espero que comecem a se interessar por algum idioma indígena. Todo mundo quer aprender inglês, alemão, espanhol. Mas guarani também é um idioma e poucas pessoas fazem esse tipo de esforço".

Veja aqui o especial da Agência Brasil, publicado em dezembro de 2014, sobre as mais de 60 línguas indígenas que correm o risco de desaparecerem nos próximos 15 anos.

Editor Denise Griesinger



Chile aprova criação do Ministério e Conselhos dos Povos Indígenas

SÍTIO VOZ DA RÚSSIA, 02.02.2015

Nove povos indígenas chilenos aprovaram a criação do Ministério e Conselhos dos Povos Indígenas nesse país, informam fontes oficiais.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social do Chile, a aprovação é resultado de cinco meses de trabalho no quadro do processo de consulta prévia aos povos indígenas. Mais de 6 mil representantes dos povos Aimara, Quechua, Atacameño, Colla, Rapa Nui, Diaguita, Mapuche, Yagan e Kawéskar participaram de vários encontros desde o setembro de 2014, até o processo de consulta regional fechar em dezembro.

De acordo com a ministra do Desenvolvimento Social, María Fernanda Villegas, a função principal do novo ministério será definir uma política nacional indígena. Também serão criados nove conselhos regionais, um para cada povo, além de um Conselho Nacional.

As comunidades também pediram que a atual Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (Conadi) seja incorporada ao Ministério como um serviço executor das políticas públicas, com orçamento e patrimônio próprio.

O subsecretário de Serviços Sociais, Juan Eduardo Faúndez, junto com a ministra, destacou que a intenção do governo foi promover a participação ampla de todas as organizações representativas dos povos indígenas, o respeito pelas tradições e práticas culturais indígenas, a informação oportuna, o escrutínio público, a transparência na entrega da informação e a boa fé "como a base essencial sobre o qual se desenvolve o processo da consulta".

"Vocês foram os artífices do seu futuro, vocês fizeram um avanço nos seus direitos. Diante de nós, teremos um compromisso, promover este projeto de lei", frisou Villegas, comentando que o Ministério e os Conselhos podem ser criados em março. A tramitação no Legislativo ocorrerá no primeiro trimestre do ano em curso.

Lideranças protestam contra possível extinção de secretaria para povos indígenas do AM

SÍTIO A CRÍTICA, 02.02.2015

Desde o último domingo (1º) que os indígenas tentam diálogo com o governador, quando uma manifestação pacífica aconteceu pela manhã em frente à Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM)



Protesto de indígenas contra a extinção da Seind
(Érica Melo)

Aproximadamente 100 líderes indígenas estiveram reunidos na manhã desta segunda-feira (2), em frente à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), para reivindicarem contra a provável extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), ainda não confirmada pelo Governo do Estado.

Desde o último domingo (1º) que os indígenas tentam diálogo com o governador, quando uma manifestação pacífica aconteceu pela manhã em frente à Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), durante cerimônia de posse dos deputados

estaduais. Com faixas, os índios solicitavam uma reunião com José Melo, conforme relatou indígena Isaac Tikuna.

“Ficamos sabendo através dos jornais que iriam extinguir a Seind. Não queremos que a secretaria seja apenas um departamento da Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas), conforme ficamos sabendo. Queremos autonomia. Além do mais, ninguém comunicou ou manteve diálogo com as tribos indígenas”, disse Isaac.

Caso não haja discussão entre os índios e representantes do governo, as lideranças indígenas prometem fazer manifestações mais radicais. “Iremos fechar a BR 174 e universidades estaduais. Também estamos discutindo outras estratégias para que não acabem com a secretaria dos povos indígenas”.

A Seind informou que questões referentes à extinção da secretaria estão sendo respondidas pela Agência de Comunicação do Estado do Amazonas (Agecom). Porém, a Agecom informou qualquer novidade sobre a reforma administrativa só será anunciada na terça-feira (3) pelo governador José Melo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

Outras secretarias

As secretarias de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares (Searp), de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH), de Política Fundiária (SPF) e o Instituto de Terras no Amazonas (Iteam) e a Secretaria Executiva de Política para Mulheres (SEPM-AM) também devem ser extintas, conforme apurou o ACRÍTICA.COM.

A reforma administrativa que pretende fazer na estrutura do governo foi anunciada por José Melo no fim de novembro. "A partir do momento em que me transformei em candidato, eu já comecei a formular o que seria, é, digamos assim, que não seria uma reforma na concepção do termo. Ela será um ajuste em cima de um modelo. O mais forte dessa mudança é que precisamos trabalhar com um Estado menor do que está hoje", afirmou Melo na ocasião.



Gastos com os jogos indígenas podem chegar a R\$ 60 milhões

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 02.02.2015

De acordo com o secretário extraordinário do evento, Hector Franco, este valor é a meta da organização, mas pode mudar dependendo das parcerias firmadas

O planejamento para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas, que serão realizados em Palmas entre os dias 18 e 27 de setembro, prevê o gasto de R\$ 60 milhões. De acordo com o secretário extraordinário dos jogos indígenas, Hector Franco, este valor é a meta da organização, mas pode mudar dependendo das parcerias firmadas.



Secretaria está em fase de confirmação das etnias participantes
(Foto: Divulgação)

Além da parte estrutural que terá a construção de complexos esportivos e locais para acomodar os participantes, shows e atrações internacionais estão na planilha de gastos para o evento. Segundo o secretário os jogos começaram a ser planejados em agosto do ano passado e algumas ações já estão em acontecendo.

- Começamos as obras de terraplanagem nos locais onde serão os centros esportivos. E comitê intertribal está em contato com as embaixadas para a confirmação das etnias internacionais. Até o final de fevereiro confirmaremos todos os participantes dos jogos.

A previsão é de que cerca de 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países. Cada país e etnia brasileira poderá inscrever até 50 participantes, totalizando 2.200. Os jogos serão entre os dias 18 e 27 de setembro com a disputa de 11 modalidades. A intenção é de que todo planejamento seja completado antes do início dos jogos para que as estruturas recebam eventos testes.

- Os jogos vão mostrar Palmas para o mundo e é importante que estejamos prontos para isso - afirmou Franco.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

Mostra que resgata idiomas indígenas estreia hoje no Rio

SÍTIO RÁDIOS EBC, 02.02.2015

Curador Alfons Hug e cantora Claudia Dorei são os entrevistados desta segunda-feira (2) no Arte Clube

Confira no Arte Clube desta segunda-feira (2) informações sobre a mostra Papagaio de Humboldt, que resgata línguas ameríndias da América Latina, e estreia hoje no Oi Futuro Flamengo, no Rio de Janeiro. Quinze instalações sonoras com vozes de 550 idiomas indígenas em risco de extinção tomarão conta do espaço. No Brasil, atualmente são faladas mais de 160 línguas, calcula-se que 85% das línguas vivas em 1500 já tenham sido extintas.

Na exposição, as cores das salas correspondem ao nível de extinção do idioma, quanto mais escura a parede, maior o risco de desaparecimento. Idealizada pelo Instituto Goethe, com curadoria de Alfons Hug, a exposição resgata não apenas um precioso patrimônio linguístico, mas também uma forma de ver e viver o mundo.

Saiba mais também sobre a terceira atração do Verão Musical no Castelinho do Flamengo, no Rio, a cantora Claudia Dorei. A artista nasceu e mantém o sotaque carioca, embora viva há mais de 13 anos em São Paulo. Ela apresenta na terça-feira, dia 3 de fevereiro, às 20h, no Castelinho do Flamengo, as músicas do seu novo trabalho, "Inspire", lançado em novembro de 2014. Depois, a programação do Verão Musical no Castelinho segue com Cesar Lacerda (10/02) e será interrompida durante o Carnaval, voltando no dia 24/02, com Aline Paes. A entrada é franca.

Acompanhe tudo isso no Arte Clube, seu ponto de encontro com a cultura nos fins de tarde da MEC AM Rio.

Produtor
Joseane Freitas



Castigos infligidos a indígenas, dentro da aldeia, não afrontam a lei

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 02.02.2015

A aplicação de sanções penais e disciplinares, pelo cacique da aldeia, não se constitui crime aos olhos da lei. Isso porque, o artigo 231 da Constituição Federal reconhece a organização social, os costumes e as tradições indígenas. E a Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio), em seu artigo 57, diz que estas sanções são toleradas, desde que não se revistam de caráter cruel ou infamante. Os fundamentos levaram a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a manter, na íntegra, sentença que negou indenização a uma índia caingangue castigada no interior da Aldeia Toldo Chimbanguê, localizada em Chapecó (SC).

O caso envolveu uma índia que revoltou-se porque um dos filhos foi chamado a esclarecer alguns atos de vandalismo e pequenos furtos no local. Ao tirar satisfações, ela mordeu e ofendeu o cacique. Como punição, o cacique mandou amarrá-la num tronco de árvore por 15 minutos. Ele disse que este tipo de castigo é aplicado desde a formação da comunidade e que foi insignificante diante da gravidade da conduta.

Além destes dispositivos, o juiz Guilherme Gehlen Walcher, da 1ª Vara Federal de Chapecó, citou, especialmente, o artigo 2º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No item “b”, este diz que deve haver respeito pela identidade social e cultural, pelas instituições e pelos costumes e tradições dos indígenas.

Walcher ressaltou, entretanto, que o princípio da autonomia das comunidades indígenas não é absoluto, podendo ser afastado quando atentar contra o princípio da dignidade da pessoa humana. Neste caso, observou com base na doutrina de Edilson Vitorelli Diniz Lima, o conceito de dignidade humana deve ser analisado sob o ponto de vista da comunidade indígena — e não da sociedade dominante na qual está inserida. “O Estado vai apenas até esse ponto, até o ponto de avaliar se há ou não intolerável violação de um parâmetro mínimo constitucional. Esse mínimo deve ser interpretado restritivamente, uma vez que, se a ideia for extensiva, tudo fere a dignidade humana, que é um conceito extremamente aberto”, minucia Vitorelli.

Nos dois graus de jurisdição, ficou evidenciado que as atitudes da autora forçaram o cacique a tomar esta atitude, imobilizando-a até arrefecer seu estado de ânimo, a fim de evitar maiores transtornos. Tudo em conformidade com as regras consuetudinárias da aldeia — ou seja, fundadas em práticas e condutas já sedimentadas naquele grupo social.

“Se houvesse má-fé ou intuito de machucar, prejudicar, abusar, presumo que a autora teria sido mantida por maior período de tempo. O curto período é fato indiciário de que a liderança procurou aplicar a penalidade pelo tempo mínimo necessário para arrefecer os ânimos”, escreveu Walcher na sentença. O acórdão que confirmou a decisão foi lavrado na sessão de 16 de dezembro.



Índios invadem sede da Sesai em MT para cobrar melhorias na Saúde

SÍTIO GLOBO.COM, 02.02.2015

*Cacique informou que indígenas querem exoneração da coordenadora.
Índios de 2 etnias bloqueiam há 4 dias trecho da BR-163 como protesto.*

Mais de 30 índios de diversas etnias estão na unidade de Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Colíder, distante 648 km de Cuiabá, como forma de protesto por melhorias nas aldeias da região. Segundo o cacique Raoni Metuktire, líder da etnia caiapó, os indígenas alegam que falta estrutura na área da saúde e também pedem a exoneração da coordenadora da unidade de Colíder, Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmento, que está à frente da instituição há 6 meses.

Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria Especial de Saúde Indígena informou que a instituição está aberta ao diálogo com as lideranças indígenas e tem intensificado as ações de atenção à saúde nas aldeias pelo programa Mais Médicos. Também informou que a coordenadora da Sesai de Colíder não está no local e que estaria sendo ameaçada.

Outro grupo indígena também mantém o bloqueio de trecho da BR-163, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, desde a última sexta-feira (30), pela mesma pauta de reivindicação. Cerca de 50 índios das etnias Terena e Maben-Groke colocaram galhos de árvores, pneus e até pedras para impedir a passagem de veículos pelo local. Eles também usam arcos e flechas. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), não há previsão de liberação da pista e o congestionamento na região é intenso.

Conforme a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Caiapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa Mais Médicos, para reforçar as equipes multidisciplinares formadas por enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento, entre outros. "Cabe destacar, ainda, que o Dsei recebeu, no último semestre, três remessas de medicamentos, necessário para atendimento à saúde indígena da região", consta trecho da nota.

Ainda segundo a assessoria do Sesai, as conversações com os grupos indígenas são mantidas por telefone e não há previsão de alguma reunião in loco.



Estranhas invasões indígenas

SÍTIO SEGS, 02.02.2015

Gregorio Vivanco Lopes

Em 16 de dezembro último, aproximadamente 200 índios (verdadeiros ou falsos, não fica claro, de qualquer modo fantasiados de índios como se estivéssemos no tempo de Cabral) invadiram a Câmara dos Deputados em Brasília e flecharam um pobre policial que ali estava cumprindo seu dever. O agente da ordem teve de ser removido para o hospital. Outro policial, que como ele exercia ali calmamente suas funções de guarda, teve melhor sorte: escapou da flecha, mas foi atingido por uma pedrada, tendo sido atendido pelo departamento médico da Câmara.

Em sua fúria, os supostos índios chegaram a bater troncos e arremessar objetos nas portas de vidro da portaria que dá acesso à Câmara. Diante da agressividade da invasão, a Polícia Militar teve de contê-los à base de spray de pimenta e ameaças, chegando a prender quatro deles. Como se estivessem devidamente instruídos, os tais índios puseram-se então a dançar e cantar na porta do prédio.

A que se deve esse espetáculo deprimente?

A história pode ser assim resumida. Em face das desproporcionadas demarcações indígenas realizadas sob pressão do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão da CNBB, e levadas a cabo pela Funai, órgão do governo federal, está havendo um grande descontentamento na população em geral, especialmente na classe mais atingida pelas demarcações arbitrárias, que são os proprietários rurais. Sensível ao reclamo popular, a Câmara discute proposta de que a demarcação das terras indígenas seja feita por lei aprovada no Congresso Nacional, e não mais por meio de decretos arbitrários do Poder Executivo, a fim de evitar esse ditatorialismo pernicioso de órgãos do governo petista.

A Funai tem sido "acusada de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores" (Folha de S. Paulo, 16-12-14).

Já foram várias tentativas de invasão da Câmara pelos índios, no intuito de amedrontar os parlamentares que discutem o referido projeto.

Cabem algumas perguntas. Se os invasores são índios tão primitivos que usam arco e flecha, bordunas e pedras, como acompanham eles o que acontece na Câmara, em Brasília? Como sabem dos debates sobre as demarcações de terras? Se não são eles que acompanham, quem acompanha por eles? Como chegaram até Brasília? Quem pagou as passagens? Quem os incita à revolta e à violência? O público brasileiro tem o direito de conhecer as respostas a essas perguntas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

Ademais, é evidente que, para o próprio bem dos índios, deveriam eles ser normalmente integrados à civilização e catequizados, pois são parte da população brasileira e não tem sentido serem obrigados a permanecer confinados em guetos, para ali vegetar numa vida infra-humana.

O que visam então essas demarcações arbitrárias?

Ao analisar, em 1987, o projeto de Constituição que depois se cristalizou na atual Carta Magna, Plínio Corrêa de Oliveira denunciava "a existência de um plano arquitetado, dentro e fora do País, com vistas à internacionalização da Amazônia e sob pretexto da defesa das prerrogativas indígenas".

(*) Gregorio Vivanco Lopes é advogado e colaborador da ABIM



Índios e ribeirinhos entregam ao governo federal protocolo para consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós
SÍTIO CIMI, 02.02.2015

Uma comitiva de índios Munduruku e ribeirinhos do assentamento Montanha e Mangabal, ameaçados de graves impactos pelo empreendimento da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, estiveram na última sexta-feira, 30 de janeiro, no Palácio do Planalto em Brasília, para entregar ao ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, os protocolos de consultas que elaboraram. Os protocolos detalham como eles querem ser consultados sobre a obra, direito assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho nunca cumprido pelo governo brasileiro em nenhuma obra de usina na Amazônia.

No encontro com o ministro Rosseto, o cacique Juarez Saw, líder das aldeias Munduruku que serão alagadas se a usina for construída, entregou o documento. "Vimos aqui numa viagem de quatro dias. Estamos aqui porque viemos trazer o nosso protocolo de consulta. Vamos entregar o protocolo para o senhor em duas vias e queremos uma via assinada para levar para nossa comunidade. Nós vamos entregar o protocolo mas não entendam que a entrega desse protocolo seja o fim das discussões sobre a consulta", disse. "Nós vamos entregar e queremos apenas abrir o espaço para mais discussões e discutir mais o que é protocolo e consulta prévia." Os ribeirinhos do assentamento Montanha e Mangabal, também diretamente atingidos, entregaram o seu próprio protocolo.

O ministro recebeu os documentos. "Cacique Juarez, a representação dos ribeirinhos, vocês fazem parte da nação brasileira e são portadores de direitos e vocês falaram sobre isso, sobre direitos que a nossa constituição assegura e é nossa responsabilidade de governo assegurar esses direitos. É minha responsabilidade como ministro de Estado trabalhar nessa direção, apoiar, participar com meus colegas de governo nesse caso especialmente a Funai e o Ministério da Justiça, que têm a responsabilidade legal para traduzir a Constituição brasileira e portanto assegurar esse direito", disse o ministro.

Em outras usinas hidrelétricas que impactam terras indígenas o governo brasileiro nunca assegurou o direito da Consulta Prévia. No caso de São Luiz do Tapajós, ao apresentar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma suspensão de segurança contra o Ministério Público Federal (MPF) pela continuidade dos estudos para o licenciamento da usina, o governo brasileiro obteve decisão autorizando os estudos, mas, em contrapartida, o ministro Félix Fischer ordenou que nenhuma licença ambiental pode ser emitida sem a realização da consulta prévia.

Durante o ano de 2014, os Munduruku, povo com mais de 12 mil pessoas que vive em 130 aldeias ao longo do alto e médio curso do Tapajós, construíram o protocolo que determina em que bases se dará essa consulta. Pelo menos três dessas aldeias, Karo Muybu, Sawré Muybu e Dace Watpu seriam alagadas em caso de construção da usina, obrigando a remoção forçada

CONT.



dos indígenas. Por isso, a premissa mais importante do protocolo de consulta elaborado pelos Munduruku é que nenhum diálogo poderá ser iniciado antes da demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu.

O documento determina: "Os Munduruku de todas as aldeias – do Alto, Médio e Baixo Tapajós – devem ser consultados, inclusive daquelas localizadas em terras indígenas ainda não demarcadas. Nós não queremos que o governo nos considere divididos: existe só um povo Munduruku. Devem ser consultados os sábios antigos, os pajés, os senhores que sabem contar história, que sabem medicinas tradicionais, raiz, folha, aqueles senhores que sabem os lugares sagrados".

A demarcação do território que agora o governo quer alagar começou há 13 anos. Em 2013, os trabalhos de campo para delimitação foram concluídos e foi elaborado o Relatório Circunstanciado de Identificação de Delimitação, RCID, cuja publicação no Diário Oficial dá início ao processo de demarcação propriamente dito, com abertura para contestações. Mas o governo federal ordenou a paralisação do processo, sem a publicação do relatório. Com isso, os Munduruku na prática são tornados invisíveis e poderão ser vítimas de remoção forçada, vedada pela Constituição brasileira.

Durante a ida à Brasília, os Munduruku tiveram reunião também com o presidente da Funai, Flávio Braz, que foi cobrado pela recusa em publicar o relatório, já objeto de ação judicial do MPF. Ele não se comprometeu com a publicação. Afirmou que precisa ouvir outros órgãos governamentais e pode concluir a consulta até o final de 2015. "Os outros órgãos de governo que também tem interesse naquela área, principalmente em razão da hidrelétrica e em razão da Flona (floresta nacional para exploração madeireira) eles pediram para se manifestar no processo", disse.

O presidente da Funai foi refutado pelo procurador da República Camões Boaventura, que acompanhou a reunião. "Só pode haver contestação, seja de particulares, seja de outros órgãos interessados no território, após a publicação do RCID, isso está definido em lei. É isso que os Munduruku e o Ministério Público Federal estão cobrando do governo, o cumprimento do rito de demarcação" disse.



Munduruku decidem como deverão ser consultados sobre hidrelétricas e outras obras
SÍTIO CEDEFES, 02.02.2015

Protocolo registra como terá que ser feita a consulta prévia, livre e informada que o governo brasileiro está obrigado a fazer devido à legislação e a decisão judicial

Os indígenas Munduruku concluíram o documento que estabelece como o governo brasileiro deverá consultá-los sobre o projeto da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no oeste do Pará, e sobre qualquer tipo de obra que impacte suas vidas e seus territórios. Entre várias determinações, o Protocolo de Consulta define que os Munduruku não aceitarão a presença de homens armados durante a consulta e não aceitarão ser removidos de seus territórios.

A consulta prévia, livre e informada está prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil. No caso da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, projetada para o oeste do Pará, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também obriga o governo brasileiro a consultar os indígenas.

O Protocolo de Consulta foi aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku realizada neste último final de semana, 13 e 14 de dezembro, na aldeia Sai Cinza, na Terra Indígena de mesmo nome, em Jacareacanga, oeste do Pará. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), participaram do evento cerca de 600 indígenas representantes de todas as aldeias da região. Uma das lideranças indígenas que coordenou o encontro, Ademir Kaba Munduruku, informou que, desse total de participantes, 102 são caciques Munduruku.

O documento aprovado vinha sendo discutido desde setembro em oficinas nas aldeias Waro Apompu e Praia do Mangue. A elaboração do protocolo contou com a assessoria do Ministério Público Federal (MPF) no Pará e do Projeto Convenção 169.

Decisões - Os Munduruku decidiram que a consulta prévia, livre e informada a eles que o governo federal está obrigado a fazer só ocorrerá depois do avanço no procedimento de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu (também localizada no oeste paraense), com a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação que delimita a área de ocupação tradicional Munduruku.

Para os Munduruku, a realização da demarcação é uma prova necessária de que o governo respeita os direitos indígenas e portanto está qualificado para consultá-los sobre uma megaobra que pode afetar radicalmente as opções de sobrevivência física e cultural dos índios.

No protocolo, os Munduruku exigem que o governo cumpra os deveres de proteger os indígenas isolados e de garantir a realização de consultas a outros povos indígenas e a ribeirinhos ameaçados pela hidrelétrica.

CONT.



Direitos – O MPF foi convidado pelos Munduruku a participar da assembleia para dar explicações sobre direitos indígenas e repassar informações sobre processos judiciais de interesse das comunidades representadas no evento.

O procurador da República Camões Boaventura enfatizou que, para ser considerada livre, uma consulta aos indígenas não pode ser feita atrelada à promessa de cumprimento de atendimento a direitos, como a construção de escolas ou postos de saúde.

“Se isso ocorre, a consulta é ilegal. Direitos não são favores. São conquistas. E devem ser concretizados independentemente de barragem. Incluir no processo dialógico de consulta, momento indispensável na aferição de viabilidade do empreendimento, oferta de supostas compensações é viciar o diálogo de muita má-fé”, destacou.

Boaventura também ressaltou que, para ser considerada prévia, a consulta deve ser feita antes da tomada de qualquer decisão sobre a realização de um projeto. E, para o atendimento do quesito informada, a consulta não precisa necessariamente conter apenas informações geradas pelo governo, sendo válido o emprego de dados gerados, por exemplo, por institutos de pesquisas não governamentais e, sobretudo, por conhecimentos tradicionais associados das comunidades eventualmente impactadas.

Voz própria – O procurador da República observou que, mesmo contando com o MPF como defensor de seus direitos, os indígenas podem requisitar audiências aos poderes Executivo e Judiciário para que o diálogo com esses poderes e a reivindicação por direitos possam ser feitos pessoalmente pelos índios.

Além de explicar os principais direitos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT, o representante do MPF explicou aos indígenas, de forma didática e interativa, como se estrutura o sistema judiciário brasileiro e como as demandas judiciais percorrem todas as instâncias.

Uma das lideranças Munduruku, Fabiano Bõnõ, da aldeia Caroçal do Rio Cururu, fez um convite aos demais caciques. Segundo ele, uma opção para evitar que os direitos dos índios sejam violados é que algumas lideranças aprendam a ler a escrita dos pariwat (não índios). “Agradeço muito aos educadores das aldeias por abrirem nossos olhos”, disse.

Apoio – A assembleia Munduruku também contou com a presença do presidente da associação das famílias ribeirinhas e extrativistas da comunidade de Montanha e Mangabal, Ageu Lobo Pereira. Segundo ele, os ribeirinhos estão aprendendo com os indígenas sobre como deve se dar o processo de consulta prévia e vice-versa. “Os ribeirinhos também têm uma relação fortíssima com a terra, até porque muitos de nós somos filhos de pariwat com índios.”

O presidente da associação ressaltou que a falta da caça e da pesca na região seria a morte não só dos indígenas, mas também dos ribeirinhos. “Sem sombra de dúvidas”, enfatizou. Para ele, o modo como o governo federal vem tratando os povos tradicionais das margens do Tapajós é “o maior absurdo que pode existir”.

CONT.



Outras demandas - Os Munduruku aproveitaram a presença do MPF na assembleia para entregar ao representante da instituição diversas demandas relativas à precariedade na educação escolar indígena prestada nas aldeias.

O que dizem os Munduruku

Liderança Munduruku Agenor Kirixi:

- "Para nós não há limite entre o que é sagrado e o que não é sagrado. Tudo é sagrado."
- "Só por existirem espécies vivas na área impactada pela hidrelétrica dá pra entender que a obra é inviável."
- "Somos ricos, não em dinheiro, em reais, mas ricos por causa dos nossos recursos naturais."
- "A hidrelétrica mata o rio e animais. Nós morremos juntos."

Liderança Munduruku Juarez Saw:

- "É inviável discutir com o governo antes da demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu"
- "Não estamos nos negando a participar da consulta, mas queremos uma prova de que o governo está agindo de boa-fé".
- "Não tenham dúvidas de que a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós não virá sozinha. Com ela virão ferrovias, estradas, mineradoras..."
- "Nós estamos lutando firme e forte, porque a luta é em favor das próximas gerações dos Munduruku."

Liderança Munduruku professor Hans Kaba:

- "Muitas vezes nós indígenas somos chamados de incomodadores. Mas o que nós somos é cobradores, cobradores do que diz a Constituição. Incomodadores são os que violam os direitos indígenas no Congresso."
- "O governo não quer entender os problemas dos índios."
- "Nós vamos brigar pela nossa vida até quando Deus permitir."
- "Dói em nossa alma quando destroem a Amazônia."
- "Os Mundurukus são tão ligados ao meio ambiente, ao seu território, que até no nosso nome fazemos referência à natureza. Nossos sobrenomes fazem referência a aves, peixes e outros animais. Nosso nome é composto por um nome Munduruku, um nome da natureza e o nome da etnia."
- "Sem nossa terra, para nossa reprodução, não somos mais nada."

Liderança Munduruku João Tomé Akay:

- "Jamais vamos nos entregar."
- "Ignoramos qual é o conhecimento do governo no que diz respeito à nossa terra."
- "Na cidade nós não somos nada. Lá temos que pagar para enterrar nossos parentes."
- "Deus que fez o rio Tapajós, a água, e deixou o rio pra gente. Deus deixou o rio não para mexermos nele, mas para vivermos."

Liderança Munduruku Dionísio Krixí –

- "Nós não viemos de longe, como os brancos. Nós sempre fomos daqui, somos daqui, sempre nos mantivemos aqui."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

- “O governo vem sussurrando nos nossos ouvidos, tentando dividir a gente. Não somos divididos. Somos um povo só.

Liderança Munduruku Osmar Turu:

- “Facilidades e favores são coisas passageiras. O que gera frutos permanentes nós já temos, que é a terra.”
- “Essa hidrelétrica não tem nenhuma viabilidade, e a gente sabe disso.”

Liderança Munduruku Ademir Kaba:

- “Os animais e as plantas são Munduruku, foram os Munduruku que se transformaram nos animais e plantas que existem. Foi o Deus Munduruku, o Karosakaybu, que fez o rio.”

Fonte: <http://www.prpa.mpf.mp.br/>



Índios protestam no Planalto contra construção de rodovia no Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 02.02.2015

*Integrantes da etnia Kayapó pedem compensações para impacto ambiental.
Grupo de indígenas foi recebido por representante da Secretaria-Geral.*

Com danças e gritos de guerra, cerca de 50 índios da etnia Kayapó protestaram nesta segunda-feira (2) na fachada do Palácio do Planalto contra a construção de trecho da BR-163 no sul do Pará. Com mais de 3 mil quilômetros de extensão, a rodovia federal liga as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Os Kayapós reivindicam a renovação do Plano Básico Ambiental (PBA) do projeto, que prevê compensações para a tribo em razão dos impactos ambientais causados pela obra de infraestrutura rodoviária.

Conforme o grupo, órgãos federais têm emitido licenças para a construção da rodovia na Região Norte sem consultar a Fundação Nacional do Índio (Funai) em relação às pendências com a tribo.

De acordo com o representante dos indígenas, Doto Takak-ire, a etnia quer se reunir nos próximos dias com a presidente Dilma Rousseff para apresentar para ela os impactos causados pela construção da rodovia, como o desmatamento entre as cidades de Santarém (PA) e Cuiabá (MT).

Além da audiência com a chefe do Executivo, os índios também cobram reuniões com os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Aloizio Mercadante (Casa Civil), Antonio Carlos Rodrigues (Transportes) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) para pedir a renovação do PBA.

"A gente veio em busca de renovação do PBA da BR-163 e também queremos falar sobre os impactos ambientais que a BR-163 está trazendo", disse Doto Takak-ire.

Em razão do protesto, a Guarda Presidencial fechou as portas que dão acesso à área interna do Palácio do Planalto e impediu a entrada dos indígenas à sede do Executivo. No momento da manifestação, a onde a presidente da República despachava em seu gabinete.

Cerca de cinco minutos depois do início do protesto, dois representantes da Secretaria-Geral da Presidência, responsável pela interlocução do governo com movimentos sociais, conversaram com os índios para saber quais eram as reivindicações do grupo.

Os kayapós foram recebidos pelo secretário de Articulação da Secretaria-Geral, Paulo Maldos. Para que o encontro ocorresse, representantes da pasta pediram aos índios que não entrassem na sala com artefatos como arcos e flechas, além de chocalhos.



Índios caiapós chegam ao Planalto e exigem audiência com Dilma

SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 02.02.2015

Um grupo de 47 índios da etnia caiapó, oriundos do sul do Pará, chegou na tarde desta segunda-feira, 2, ao Palácio do Planalto. Eles querem uma audiência com a presidente Dilma Rousseff e ministros para tratar dos impactos ambientais provocados pela pavimentação da BR-163, obra que vai transformar essa rodovia no principal corredor de exportação da soja do Centro-Oeste. "A gente não quer falar com a Funai (Fundação Nacional do Índio). A gente quer falar com as pessoas lá de cima. Se a gente falar com a Funai, ninguém vai resolver", disse o porta-voz do grupo, Doto Takak-ire.

Os índios chegaram de surpresa, passando pela portaria do Planalto sem que a segurança estivesse preparada, o que obrigou os guardas a fecharem as portas de vidro do Palácio. Apesar do movimento, a chegada foi pacífica e os indígenas foram recebidos pelo assessor da Secretaria-Geral da Presidência, Thiago Garcia, que os conduziu para reunião com o secretário nacional de articulação social, Paulo Maldos.

O grupo cobra a renovação do Programa Básico Ambiental (PBA), que vigorou por cinco anos, repassando recursos para mitigar o impacto da obra na BR-163. "A gente não veio aqui falar com assessor. A gente quer falar com quem manda", anunciou Doto. O porta-voz dos caiapós pediu para falar com Dilma, argumentando ter sido eleitor dela e considerar que era direito dele conversar com a presidente eleita com seu voto. "Todos nós votamos na Dilma e a gente está tendo muito problema com o governo, contra os indígenas. Somos os primeiros habitantes do Brasil. Dilma tem todo o direito de ouvir e a gente ouve ela", disse.

Além de Dilma, os caiapós cobraram audiências com os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues. O grupo chegou hoje pela manhã a Brasília, depois de dois dias de viagem de ônibus.

"A gente vai ficar até quando falar com todos os ministros", afirmou Doto Takak-ire, enquanto o assessor da Secretaria-Geral negociava com o grupo para deslocá-los para uma audiência com Maldos. O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rossetto, está no Rio de Janeiro para a 9ª Bienal da UNE.

Um documento entregue pelo grupo critica o "fracasso completo do plano BR-163 Sustentável e do processo de licenciamento ambiental que não controla a execução dos Programa Básico Ambiental - PBA e, muito menos, responsabiliza o empreendedor (DNIT) pela situação".

"Os impactos negativos decorrentes da abertura da rodovia sobre as populações indígenas e sobre o meio ambiente datam de sua abertura e não foram objeto de preocupação e reparação por parte do poder público", critica o texto.

Fonte: Estadão Conteúdo



Incrá recebe imissão na posse de primeiro território quilombola

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 02.02.2015

A Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Goiás recebe imissão na posse da primeira área quilombola do estado. A juíza Raquel Soares Chiarelli, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Vara Única de Uruaçu, concedeu à autarquia posse da fazenda Bocaina do Passa Três, situada nas cidades de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás, território do Quilombo Tomás Cardoso.

A decisão foi proferida na última quarta-feira (28). A expectativa é que os remanescentes de quilombos entrem na área até março deste ano.

Para o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia, começar o ano com uma vitória importante como a imissão de uma área quilombola incentiva a continuidade do trabalho pela democratização do acesso a terra.

“Entendemos que a terra para essas comunidades não é uma questão de posse apenas, mas tem a ver com a sua própria existência”, esclareceu.

De acordo com a presidente da Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Tomás Cardoso, Adelina Borges das Chagas, cerca de 40 famílias vão morar na fazenda.

Ela conta que eles estão ansiosos para plantar e criar animais em suas terras, além de aprimorar o artesanato, como resgate da cultura negra.

Adelina lembra que foram oito anos de luta até a publicação da portaria de reconhecimento da comunidade no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de outubro de 2014. “Valeu a pena esperar. É uma vitória grande de todos nós”, celebra.

Regularização quilombola

Essa será a primeira regularização de um território quilombola no estado de Goiás. Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento na Superintendência.

O Incra é o órgão responsável pela regularização territorial das comunidades de descendentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares. Após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Incra, a Presidência da República edita um decreto de desapropriação.

O imóvel é desapropriado pela autarquia e repassado à posse comunitária dos descendentes de quilombos que perderam suas terras.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



POLÍTICA EDUCACIONAL PARA OS TICUNA DE VILA DE BETÂNIA, NO AMAZONAS
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 02.02.2015

RENAN ALBUQUERQUE

Os Ticuna de Benjamin Constant, a noroeste do Estado do Amazonas, procuram acompanhar evoluções técnico-científicas ocidentais e trazê-las para dentro das comunidades em amplas medidas, onde podem usufruir e compartilhar possibilidades comuns a partir de usos coletivos. A atitude, porém, chama atenção de não indígenas, que tendem a tecer críticas em razão de ressignificações sobre a realidade e diante das transformações do mundo.

Vila de Betânia é uma comunidade Ticuna que dispõe de razoável infraestrutura no Alto Solimões, mesorregião amazônica, em comparativo a demais aldeamentos orientados a partir de governança estatal, os quais possuem frágil acomodação de instituições públicas, como escola, praça, posto de saúde etc.

Na Vila, há ruas asfaltadas, atendimento médico, odontológico, residências, quadra poliesportiva, campos de futebol, comércios e escolas municipais e estaduais climatizadas. Além da esferal material, a comunidade procura estar envolvida com seu habitus, no sentido macro empregado por Pierre Bourdieu (1930-2002), mantendo relação comunal e de bem-estar.

Acerca do dia a dia escolar na localidade, durante a cheia a maioria do alunado deixa de ir à escola para tomar banho no rio, pescar e ir para a roça com os pais, fomentando envolvimento socioculturais e familiares. No período da vazante (seca), a situação é amenizada.

A partir da observação, e ainda de acordo com a concepção de escola que respeita fatores culturais envolventes de indivíduos indígena, esse seria exemplo de postura acertada a adotar diante da realidade Ticuna, acoplando modelos educacionais a trajetórias de vida das pessoas.

Por outro lado, se a escola é considerada flexiva entre aldeados de Vila de Betânia, essa flexibilidade tende a fomentar controvérsias, tais como índices baixos em avaliações externas (estas frigidificadas em suas análises burocráticas); dificuldades na escrita e leitura do português; reprovação ou aprovação de alunos(as) sem conhecimento básico das disciplinas (organizadas segundo modelos de pessoas não tradicionais).

A essas questões, somam-se variáveis intervenientes relacionadas a homicídio entre jovens, consumo excessivo de psicotrópicos e álcool. São fatores concorrentes para rendimentos escolares ruins entre estudantes de diversas idades, sobretudo considerando-se que em ambientes indígenas Ticuna a idade de 11 a 12 anos já é considerada parcialmente emancipatória.

CONT.



A partir da problemática descrita, observou-se a necessidade em 2013 da implantação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para a escola da Vila de Betânia, o que poderia ter entrado em vigor neste início de 2015. A atividade foi planejada a partir de leis socioculturais e considerando-se o status das pessoas que moram no lugar.

Elaborou-se, assim, planos de cursos diferenciados e calendários escolares de acordo com as tradições Ticuna. A proposta ainda está em análise pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (Seduc) e há expectativas positivas de profissionais da instituição escolar indígena quanto à sua implantação.

A partir da proposta enviada, espera-se que similaridades e diferenças sejam problematizadas no intuito de identificar diagnósticos válidos para aquela área indígena. Primeiro porque se tratam de ambientes ancestrais, com memórias vinculadas a tradicionalismos; segundo porque são sociedades complexas em sua cosmologia, sociopolítica, sexualidade e parentesco, além de demais esferas sociais; terceiro porque, como já se indicou, deve-se presumir alteridade no trato com a pessoa indígena porque estão em jogo saberes e fazeres históricos.

* Renan Albuquerque é professor e pesquisador do colegiado de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e desenvolve estudos relacionados a conflitos e impactos socioambientais entre índios waimiri-atroari, sateré-mawé, hixkaryana, junto a atingidos pela barragem de Balbina e com assentados da reforma agrária.



IGUALDADE RACIAL: Serra terá a terceira comunidade quilombola reconhecida
SÍTIO FAROL DE NOTÍCIAS, 02.12.2014

Com o objetivo de apoiar os quilombolas do Alto de Luanda na agilização do processo de reconhecimento dada as grandes demandas do Ministério da Cultura, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, recebeu, nos dias 28 e 29 de janeiro, a representante da Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura, Maria José da Silva. A visita técnica teve como foco o quilombo Luanda de cima, que está em processo de reconhecimento.

Este será o terceiro quilombo a ser reconhecido no município de Serra Talhada. Maria José também recebeu algumas lideranças dos quilombos reconhecidos do movimento negro na Diretoria de Igualdade Racial. Ainda durante a visita, foram feitos encaminhamentos de demandas das comunidades quilombolas com relação à programas e ações a serem desenvolvidas nos quilombos.

O apoio foi concedido a partir de uma carta de anuência que ajudará na apresentação e nas locações do filme no continente africano, bem como o apoio no diálogo diplomático entre Brasil e Angola.



Crianças Indígenas: Justiça autoriza adoção em Dourados

SÍTIO O PROGRESSO, 02.12.2014

A Vara da Infância e da Adolescência autorizou a adoção de crianças indígenas que estavam em abrigos em Dourados. Elas eram impedidas de ser adotadas por não-índios devido às restrições estipuladas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para evitar que perdessem a identidade cultural.

O problema é que, sem opção de famílias indígenas, essas crianças permaneciam por muito tempo nos abrigos, muitas vezes passando toda a infância e juventude nesses locais, sem a chance de conviver com uma família ou terem um lar.

Para extinguir o problema, o Ministério Público vem sugerindo à justiça que essas crianças possam ser adotadas por não-índios e essas recomendações, depois de analisadas, estão sendo autorizadas pelo Judiciário, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).

De acordo com a Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Fabrícia de Lima Barbosa, no caso de famílias interessadas e que estão habilitadas na Comarca depois de preencherem todos os requisitos estipulados pela Vara da Infância, a Funai é comunicada e se, abstendo de tratar o assunto, a criança vai para o cadastro de adoção.

“Porém, isso só ocorre diante da inércia dos órgãos indianistas em localizar família indígena capacitada e interessada em receber aquela criança ou adolescente, seja em guarda ou adoção, se a família de origem não puder recebê-la e for realmente hipótese de colocação em família substituta. Essa sugestão Ministerial tem sido acatada”, destaca Fabrícia.

A promotora lembra que, devido às restrições da Funai, aceitou pedido da comunidade de implantar uma comissão formada por índios e que eles fariam o contato com famílias indígenas para acolher essas crianças.

“O grande problema é que esta comissão não engajou por uma série de questões e, tendo em vista que as crianças não podem permanecer mais do que dois anos nos abrigos, é que estamos encaminhando aquelas que podem ser adotadas para o cadastro de adoção”, destaca.

A promotora sugere que as famílias indígenas que queiram adotar e que sentem algum tipo de medo ao fato da adaptação poderão obter a guarda que, ao contrário da adoção, é reversível.

O juiz da Infância, Zaloar Martins, explica que antes de serem indígenas, essas crianças são brasileiras e que, portanto, têm o direito de terem um lar. Ele lembra que há cerca de 10 anos a Funai realizava o cadastro de famílias indígenas interessadas na adoção, mas o serviço foi extinto porque a entidade entendeu não ser de competência desta, atuar nesta frente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

“O problema disso é que as crianças são levadas para os abrigos e ficam abandonadas lá. Não aparece nenhuma liderança indígena ou parente interessado em adotar estas crianças. Alguns que apareceram nós chegamos a ter graves problemas”, disse juiz.

Zaloar esclarece que a Legislação diz que a criança indígena vítima de violência e que está nos abrigos deve ser preferencialmente adotada por família indígena. “Porém, esgotadas todas as possibilidades, defendemos que a criança deve ir para o Cadastro Nacional da Adoção, como acontece com as demais crianças não-índias. Em Dourados há casos de meninas com 18 anos que passaram a vida toda no abrigo por falta de outra opção, o que contraria o Eca”, destacou.



Vereador Dirceu Longhi cobra vagas para estudantes indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 02.02.2015

Sem vagas, pelo menos 30 crianças não foram ainda matriculadas, este ano

O acesso à educação é um direito assegurado a todo cidadão brasileiro. No entanto, esse princípio constitucional não vem sendo cumprido integralmente no acampamento indígena localizado às margens da Perimetral Norte, em Dourados. Pelo menos 30 crianças, com idade entre 5 e 9 anos, ainda não foram matriculadas para o início do ano letivo por falta de vagas nas escolas instaladas na Reserva Indígena de Dourados.

Denominado tekoha "Whw-Vera", o acampamento abriga há quase cinco anos 22 famílias de guarani-caiuás. São aproximadamente 180 pessoas vivendo em barracos construídos em uma área de pouco mais de 25 hectares.

Preocupado com a situação, o vereador Dirceu Longhi (PT) fez na quinta-feira (29) uma visita ao acampamento, onde se reuniu com as lideranças e membros da comunidade para conhecer a realidade dos acampados e buscar, junto à Prefeitura de Dourados, MPF (Ministério Público Federal) e Funai (Fundação Nacional do Índio), uma solução imediata que garanta a matrícula e o ingresso dos alunos indígenas em sala de aula.

Dirceu lembra que o problema vem se arrastando há pelo menos dois meses. Recentemente, lideranças do acampamento se reuniram com representantes do MPF e com a secretária municipal de Educação Marinisa Misoguchi para debater a questão da falta de vagas. Diante da situação, Dirceu e o vereador Aguilera de Souza (PSDC), que são membros da comissão de assuntos indígenas da Câmara de Dourados, encaminharam o caso à Comissão de Educação Indígena, da Secretaria Municipal de Educação, que se comprometeu em solucionar a situação nos próximos dias.

O vereador do PT destacou que provavelmente às crianças do acampamento serão encaminhadas para ocupar às novas salas de aulas que serão entregues na próxima semana na escola Agostino, na aldeia Bororó, e que fica próxima ao acampamento. "Estivemos no acampamento para conversar com a comunidade, que demonstrou muita apreensão diante da falta de vagas nas escolas para receber às crianças do local. Juntamente com o vereador Aguilera, acionamos a Secretaria de Educação, que nos sinalizou que o problema deve estar solucionado e às crianças matriculadas nos próximos dias.

Esperamos que realmente a situação seja resolvida, já que acesso à educação é um direito universal de todo cidadão e não podemos admitir que um grupo tão grande de crianças fique fora da sala de aula", destacou Dirceu Longhi.



Bloqueio na 163 completa 4 dias

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 03.02.2015

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem

Pelo quarto dia consecutivo, índios das etnias Terena e Maben-Groke bloquearam um trecho da BR-163 próximo a Itaúba (599 km ao norte de Cuiabá). O grupo reivindica investimentos e infraestrutura na saúde das comunidades, localizadas no município de Colíder (648 km ao norte de Cuiabá).

Após terem liberado a pista no último domingo (1), manifestantes voltaram a trancar a passagem de veículos, no km 943 da BR-163, na manhã desta segunda-feira (2). Por volta das 9h30, aproximadamente 50 indígenas fecharam a rodovia com toras, galhos, pneus e pedras.

Armados com arcos, flechas e escudos, os indígenas permitiram apenas a passagem de ambulâncias pela região.

O tráfego no local havia bloqueado primeiramente na manhã da última sexta-feira (30). Na manhã do sábado (31) o trânsito foi liberado, mas voltou a ser interrompido durante a tarde e durou até o domingo, até ser novamente bloqueado ontem.

Os índios protestam contra a falta de medicamentos, profissionais de saúde e combustível para carros, barcos e avião. Eles também exigem a volta das obras dos postos de saúde da região e a exoneração da coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) da região, que segundo o grupo é uma das responsáveis pela precariedade da saúde nas comunidades.

Segundo informações, a coordenadora, que teria assumido o cargo há alguns meses teria suspenso contratos e convênios superfaturados, além de demitido índios possivelmente envolvidos.

De acordo com a assessoria da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso (PRF-MT), a recomendação é para que os motoristas que precisarem passar por esse trecho da rodovia utilizem a rota alternativa pela MT-423, que liga o município de Cláudia (569 km ao norte de Cuiabá) a Marcelândia (690 km ao norte de Cuiabá), e depois seguindo até a BR-163 entre Santa Helena (602 km ao norte de Cuiabá) e Terra Nova do Norte (645 km ao norte de Cuiabá). A rodovia dá acesso à região do Camping Clube em Sinop (500 Km ao norte de Cuiabá), onde os motoristas poderão retornar a BR-163.

A reportagem do Diário tentou entrar em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), porém até o fechamento da edição não obteve retorno.



Indígenas Terena denunciam trabalho análogo à escravidão na região de Vacaria, RS
SÍTIO CIMI, 03.02.2015

O Conselho Indigenista Missionário recebeu a informação de que indígenas estão submetidos a condições análogas a de trabalho escravo na colheita da maçã, na região de Vacaria, Rio Grande do Sul. As informações foram repassadas por indígenas do povo Terena, que vivem no estado de Mato Grosso do Sul e foram recrutados há 15 dias para trabalharem em uma propriedade situada no município de Bom Jesus (RS).

A empresa que os contatou, Agropecuária Schio Ltda, é uma das maiores produtoras de maçãs na região de Vacaria e Campos de Cima da Serra. Os Terena que denunciam estar submetidos a uma situação degradante estão trabalhando no pomar Santana, de propriedade da referida empresa, que fica a 28 km de Vacaria, seguindo pela BR 285 em direção a Bom Jesus, numa estrada vicinal que conduz a uma localidade denominada Morenhão.

Os indígenas Terena relatam que a remuneração que foi combinada com eles antes de viajarem de Mato Grosso do Sul para a região de Vacaria seria superior a R\$ 2 mil mensais, mas o salário agora estabelecido pela empresa é de pouco mais de R\$ 800,00 e ainda será descontado deste valor a alimentação diária dos trabalhadores. Além disso, relatam que as mais de 300 pessoas ficam em um alojamento precário onde falta água e não há banheiros suficientes. Também não recebem assistência em saúde, sendo que alguns deles estariam doentes.

Os fatos foram denunciados ao Ministério Público do Trabalho em Caxias do Sul, para a procuradora do Trabalho Mariana Furlan Teixeira e também para Ministério do Trabalho e Emprego, no mesmo município.

Os indígenas relataram que no final da tarde dessa segunda-feira (2) lhes foram entregues dois documentos (a serem assinado por todos), um que se parecia com um laudo médico e outro um contrato de trabalho. Por coincidência esse fato ocorreu horas depois da denúncia contra a empresa Agropecuária Schio Ltda.

É importante que esta denúncia seja efetivamente apurada, uma vez que as notícias dão conta de que centenas de indígenas, de várias regiões do país, são recrutados para prestarem serviço na colheita da maçã e que os seus direitos trabalhistas e humanos estariam sendo desrespeitados.

Espera-se que os órgãos de fiscalização, ao receberem as denúncias ou informações acerca da prática de trabalho escravo, atuem de forma imediata e eficaz. Não se pode conceber que centenas de pessoas sejam submetidas a uma situação degradante e que, caso comprovem as denúncias, as empresas envolvidas permaneçam, ano após ano, se beneficiando economicamente através de práticas criminosas. É preciso apurar eficazmente as denúncias

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

dos indígenas Terena, para evitar que ilegalidades sejam praticadas, contrariando direitos trabalhistas e humanos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2015
Roberto Antonio Liebgott
Cimi Sul - Equipe Porto Alegre



Fazenda empossada pelo Incra será primeiro território quilombola regularizado em Goiás

SÍTIO CEDEFES, 03.02.2015

O Incra Goiás tomou posse da fazenda Bocaina do Passa Três, na última quarta-feira(28), e implantará no local o primeiro território quilombola do estado. Área foi posse ancestral da comunidade Tomás Cardoso.

O Incra Goiás tomou posse da fazenda Bocaina do Passa Três, na última quarta-feira(28), e implantará no local o primeiro território quilombola do estado. Área foi posse ancestral da comunidade Tomás Cardoso.

A juíza Raquel Soares Chiarelli, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Vara Única de Uruaçu, concedeu à autarquia a posse da fazenda Bocaina do Passa Três, situada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás, território do Quilombo Tomás Cardoso.

A decisão foi proferida na última quarta-feira (28). A expectativa é que os remanescentes de quilombos entrem na área até março.

Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) feito pelo Incra, o perímetro da fazenda Bocaina do Passa Três corresponde ao território ancestral da comunidade Tomás Cardoso, que vivia no local desde o final do século XIV [provavelmente, trata-se do século XIX].

As famílias beneficiadas foram identificadas no RTID e receberão a posse comunitária do imóvel rural.

Essa será a primeira regularização de um território quilombola no estado de Goiás. Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento na Superintendência.

Vitória histórica

Para o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia, começar o ano com uma vitória importante como a imissão de uma área quilombola incentiva a continuidade do trabalho pela democratização do acesso à terra. "Entendemos que a terra para essas comunidades não é uma questão de posse apenas, mas tem a ver com a sua própria existência", esclareceu.

De acordo com a presidente da Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Tomás Cardoso, Adelina Borges das Chagas, cerca de 40 famílias vão morar na fazenda. Ela conta que eles estão ansiosos para plantar e criar animais em suas terras, além de aprimorar o artesanato, como resgate da cultura negra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 20/ 2015

Brasília, 03 de fevereiro de 2015.

Adelina lembra que foram oito anos de luta até a publicação da portaria de reconhecimento da comunidade no Diário Oficial da União, em 25 de outubro de 2014. "Valeu a pena esperar. É uma vitória grande de todos nós", celebra.

Comunidade Tomás Cardoso

O território quilombola têm 1.803 hectares. A comunidade Tomás Cardoso é formada por 41 famílias e deve seu nome ao do fundador do grupo. Atualmente vivem dispersos na região de Goianésia, município vizinho à área identificada.

Segundo o laudo antropológico, documento integrante do RTID, a comunidade já estava instalada na região de Barro Alto antes da primeira divisão em fazendas, que ocorreu com a criação da fazenda Lagoa Seca, em meados de 1900.

Regularização quilombola

O Incra é o órgão responsável pela regularização territorial das comunidades de descendentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares.

Após a publicação do RTID, a Presidência da República edita um decreto de desapropriação; o imóvel é desapropriado pela autarquia e repassado à posse comunitária dos descendentes de quilombos que perderam suas terras.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Índios ajudam PM a prender homens que assaltaram banco em José Boiteux
SÍTIO DIÁRIO CATARINENSE, 03.02.2015

Dois dos quatro assaltantes foram detidos na tarde desta segunda-feira

Dois dos quatro homens responsáveis pelo assalto a uma agência do Banco do Brasil em José Boiteux foram detidos por volta das 14h desta segunda-feira. Segundo informações da Polícia Militar de Ibirama, que atendeu a ocorrência, Ademilson Barbosa, de 32 anos, e Ronaldo Rodrigues, 30 anos, foram encontrados em uma trilha no meio da mata na Aldeia Figueirinha e acabaram presos em flagrante. Dois índios ajudaram os policiais a localizar a trilha. As buscas no mato duraram cerca de 15 minutos e houve troca intensa de tiros quando quatro homens foram localizados. Dois suspeitos ainda estão foragidos.

Durante a abordagem, Ronaldo foi atingido por um tiro na coxa direita e os outros homens fugiram. Ademilson, que também estava armado, foi localizado minutos depois e acabou detido. Os outros assaltantes fugiram pela mata e ainda não foram localizados.

A PM ainda encontrou o carro usado após o assalto às margens da estrada que dá na aldeia. Foram apreendidos R\$ 2.492,00 em dinheiro, duas espingardas calibre 12, sendo uma de fabricação artesanal, dois revólveres calibre 38, dois celulares, um colete e uma capa balística, munições para calibre 32, 38 e 12, uma mochila, luvas e roupas.

Ademilson, que tem passagem na polícia por roubo, furto e tráfico, foi encaminhado para a Delegacia de Ibirama. Já Ronaldo, que estava com mandado de prisão em aberto por homicídio qualificado no Paraná, precisou ser levado ao hospital por causa dos ferimentos à bala. Segundo a PM, assim que receber alta ele será encaminhado ao Presídio Regional de Rio do Sul.

Entenda o caso

Por volta das 10h30min de segunda-feira, três homens encapuzados e armados com duas espingardas e três revólveres assaltaram uma agência do Banco do Brasil em José Boiteux. Uma marreta foi usada para quebrar o vidro lateral do local e, durante a ação o gerente do banco e um casal que estava no local foram feitos reféns.

O quarto homem do grupo aguardava o trio em uma Montana com placas de Caçador. O carro, que tinha registro de furto em Rio Negrinho, foi usado na fuga e abandonado próximo à Reserva Indígena de José Boiteux. Na fuga, a quadrilha levou os revólveres e coletes dos vigilantes.

A partir de uma denúncia feita às 13h20min, a PM de Ibirama e o Patrulhamento Tático de Rio do Sul deslocaram quatro viaturas para a região da Aldeia Figueirinha. No local, dois índios ajudaram os policiais a localizar uma trilha na mata onde os assaltantes estavam escondidos.

JORNAL DE SANTA CATARINA



Jagunços queimam casas de quilombolas no Maranhão

SÍTIO BLOG DO JOHN CUTRIM, 03.02.2015

Por Antonia Calixto de Carvalho e Francisca da Silva Vieira*

A situação é extremamente grave! Apesar dos anos de conflito e de inúmeras denúncias realizadas pelos trabalhadores rurais, o processo de titulação da comunidade, realizado pelo INCRA, tem caminhado muito lentamente.

A Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alto Alegre do Maranhão, por meio desta nota, repudiam, com veemência, mais um ato de violência ocorrida no interior do Maranhão, afetando diretamente comunidade quilombola.

Em 25 de janeiro de 2015, domingo, enquanto participavam de reunião do território quilombola de Mamorana, zona rural de Alto Alegre do Maranhão, as lideranças quilombolas José Maria da Conceição e Raimundo Gomes Soares, o "Sabonete", tiveram suas casas criminosamente incendiadas e, em consequência, perderam todos os pertences de uso doméstico, sementes para plantio (arroz, feijão e milho), ferramentas de trabalho e um paiol de arroz.

Desde o ano de 2009 que a comunidade vem sofrendo com ameaças constantes por parte de fazendeiros da região, envolvendo diretamente criadores de gado bovino do médio Mearim, em especial o Sr. José de Arimateia, que ingressou em 2010 com ação de reintegração de posse contra as famílias quilombolas, tendo perdido a ação. Não satisfeito, o criador de gado tem tentado cercar mais de 400 hectares de terra pertencente ao território quilombola.

A situação é extremamente grave! Apesar dos anos de conflito e de inúmeras denúncias realizadas pelos trabalhadores rurais, o processo de titulação da comunidade, realizado pelo INCRA, tem caminhado muito lentamente. As famílias quilombolas temem que haja mais violência e que suas lideranças sejam mortas.

O Estado do Maranhão ocupa o primeiro lugar em número de conflitos agrário no Brasil. Somente em janeiro de 2015, mais de 35 conflitos agrários em todo o estado. A inércia do governo federal, em realizar reforma agrária e titular territórios quilombolas, é responsável direta pela quantidade absurda de conflitos agrários.

Alto Alegre do Maranhão, 26 de Janeiro do de 2015.

Antonia Calixto de Carvalho, da Comissão Pastoral da Terra/MA
Francisca DA Silva Vieira, presidente STTR de Alto Alegre do Maranhão

*Fonte: Brasil de Fato



O desafio do acesso de indígenas ao ensino superior

SÍTIO ARAGUAIA DIGITAL, 03.02.2015

A cada 500 estudantes universitários, apenas um é indígena. Apesar do longo caminho, algumas iniciativas, como os cursos interculturais e cotas, ajudam a mudar este quadro.

No primeiro domingo de dezembro de 2014, as cidades de Nova Xavantina e São Félix do Araguaia em Mato Grosso foram tomadas por indígenas de toda a região Xingu Araguaia. Naquele dia, ocorria o processo seletivo para o Curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os Cursos de Educação Intercultural oferecem formação superior a professores indígenas que lecionam em escolas de aldeias. Não só o conteúdo do curso é adequado à realidade indígena como o processo seletivo é diferenciado, atendo-se mais às experiências do candidato e à sua habilidade na língua portuguesa do que aos conteúdos do ensino médio.

No fim de dezembro do mesmo ano, foi divulgada a lista dos aprovados do Curso Intercultural da UFG. A região Xingu Araguaia estava bem representada na lista, com um grande número de estudantes Xavante, além de alunos dos povos Karajá, Tapirapé, Javaé, Kamayurá, Kuikuro e Yudjá.

Engana-se, porém, quem imagina que pelo fato de ser exclusivo para indígenas, o acesso é mais fácil. No caso do processo seletivo para este curso, havia pouco mais de 600 inscritos para 60 vagas.

Muitos candidatos foram às cidades prestar a prova sem ter lugar para dormir ou mesmo dinheiro para a passagem de volta para a aldeia. A pouca familiaridade com as burocracias típicas da nossa sociedade também dificulta a entrada e permanência de indígenas no ensino superior.

Marculino Tseredzadi, 33 anos, foi um dos tantos candidatos que não conseguiram uma vaga no curso. Tseredzadi é Xavante da Aldeia Belém, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, em Canarana, Mato Grosso. Ele já foi professor por mais de cinco anos na escola de sua aldeia, tendo cursado magistério intercultural, além de várias formações continuadas. Apesar do currículo invejável, Tseredzadi não marcou pontos na prova de títulos. Ele não sabia que as cópias dos certificados deveriam ser autenticadas e que os anos de docência contariam pontos. Com muita experiência profissional na comunidade, terá que estudar mais um ano para tentar entrar na faculdade.

No Xingu Araguaia, poucos indígenas nas universidades. Apesar do grande número de indígenas de diferentes povos do Xingu Araguaia, ainda não há na região vagas destinadas para o ingresso de indígenas. A Univar - Faculdades Unidas do Vale

CONT.

do Araguaia, em Barra do Garças, foi uma das poucas instituições de ensino superior da região que contou com uma política afirmativa para indígenas ingressarem em 2015. Foram disponibilizadas bolsas integrais para estudantes indígenas em sete cursos superiores oferecidos pela Univar. Porém, não foram reservadas vagas nem houve processo seletivo diferenciado. As universidades públicas com campi na região somente possuem cotas raciais.

A turismóloga Tuinaki Koixaru Karajá, 25 anos, foi a primeira indígena formada no campus de Nova Xavantina da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em 2012. Atualmente sua prima cursa Engenharia Civil no mesmo campus. Pertencente ao povo Karajá, Tuinaki estudou em escolas de São Félix do Araguaia, cidade próxima às aldeias Karajá da Ilha do Bananal.

Tuinaki ficou sabendo por seu tio que abriria vestibular na Unemat em Nova Xavantina. Em 2008, passou no vestibular de ampla concorrência. Soube que havia cotas raciais na Unemat quando já estava cursando Turismo.



A Karajá Tuinaki foi a primeira e única indígena formada no campus de Nova Xavantina da Unemat
Foto arquivo: Tuinaki Koixaru Karajá

"Foi uma experiência e tanto na minha vida. Nunca tinha ficado tanto tempo longe dos meus pais, não conhecia ninguém lá. No começo, ligava chorando para casa para que me mandassem uma passagem de volta, não aguentava ficar longe. Quando

chegava em São Félix, minha mãe me convencia a voltar. Com o tempo, fui conhecendo pessoas e aprendendo mais. No curso de Turismo, a gente viaja muito a campo, comecei a gostar " relata Tuinaki.

Apesar da boa convivência durante os anos de graduação, o preconceito era claro. "Quando cheguei em Xavantina, todo mundo me olhava torto, eu me perguntava: 'só porque sou índia não posso fazer uma faculdade?' Tinha vezes que eu chegava pintada de jenipapo da cabeça aos pés e todos ficavam me olhando, e eu pensava: 'pra mim, é normal estar pintada, porque eles me olham tanto?' Até que um dia eu ouvi um rapaz questionando: 'como pode? O que uma índia está fazendo na faculdade?' E aí que eu entendi e coloquei na cabeça que tinha que mostrar que os índios podem fazer faculdade" conta Tuinaki. Sua persistência a fez pertencer a uma pequena parcela de estudantes universitários indígenas que se formam, a estimativa é de que a evasão de indígenas chega até a 90 % em alguns cursos.

Formada, ela trabalhou na Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e depois assumiu o cargo de chefe de Departamento de Assuntos Indígenas da prefeitura de São Félix do Araguaia. Ali, teve a árdua tarefa de tentar a articulação entre as comunidades indígenas e a prefeitura, além de apaziguar a tensão entre indígenas e não-indígenas do município.

CONT.



Iniciativas para o acesso de indígenas na universidade

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2011 havia um indígena para cada 500 estudantes das universidades públicas brasileiras, enquanto na sociedade brasileira, existe um indígena a cada 211 habitantes brasileiros.

Desde a década de 2000, movimentos indígenas junto às instituições educacionais vêm amadurecendo a discussão em torno do acesso indígena ao ensino superior. As reivindicações indígenas têm sido no sentido de que não basta inserir cotas nas universidades, apesar de sua importância enquanto ação afirmativa. É necessário que haja condições de permanência dos estudantes indígenas e que o que se aprende nas universidades dialogue com a realidade indígena.

Foi a partir dessa demanda que surgiram os Cursos de Educação Intercultural, voltados especificamente para a licenciatura, que atualmente acontecem em doze universidades públicas brasileiras. A Unemat em Barra do Bugres/MT é pioneira nos cursos interculturais e já conta com uma Faculdade Indígena Intercultural.

Complementarmente, algumas universidades oferecem cotas específicas para indígenas em diferentes cursos, com processo seletivo diferenciado. Segundo o Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, em 2012, das 125 instituições públicas no país, 63 contam com ações afirmativas específicas a indígenas. As cotas raciais criadas pela Lei de Cotas (12.711/2012) englobam indígenas, negros e outros grupos culturalmente diferenciados. Desta forma, esta lei não tem sido eficiente em garantir o acesso de indígenas à universidade.

Atualmente, a Universidade de Brasília (UnB) está com inscrição aberta para o curso de mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, na qual metade das 30 vagas é destinada a indígenas e quilombolas. A inscrição vai até dia 16 de fevereiro de 2015 e o edital pode ser conferido na página www.mespt.unb.br.

A demanda por profissionais indígenas de nível superior nas próprias aldeias é enorme, tanto no quadro de professores quanto na área de saúde. O domínio do conhecimento teórico da sociedade envolvente pelos indígenas também é uma peça chave na luta pelos direitos das suas comunidades. Além disso, a presença do indígena por si só numa faculdade traz mudanças e questionamentos na forma de pensar e agir dos colegas e professores que talvez nunca tivessem parado para pensar na questão indígena anteriormente. Fazer uma universidade não é tudo, mas é um instrumento importante para a construção de caminhos novos e autônomos para os povos indígenas.



Secretaria do Índio realiza Dia de Campo em parceria com a Embrapa
SÍTIO BV NEWS, 03.02.2015

A programação contará com palestras e prática de campo, com foco no incremento da produção da melancia e da mandioca

A Agricultura é uma vocação natural de Roraima. Pequenos, médios e grandes produtores hoje, fazem da atividade, uma das principais protagonistas do desenvolvimento de Roraima, gerando emprego e renda e fortalecendo outros segmentos da cadeia produtiva.

De olho na agricultura familiar indígena, a Secretária Estadual do Índio promove nesta quarta-feira, dia 04, um Dia de Campo. O evento realizado em parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ocorre durante toda a manhã, na sede da própria empresa.

A programação contará com palestras e prática de campo, com foco no incremento da produção da melancia e da mandioca, a última, base da alimentação e de vários subprodutos consumidos e comercializados pelos povos indígenas.

O secretário do Índio, Ozélio Izidório Messias, destacou que os produtores indígenas são responsáveis pela segunda maior produção de melancia em Roraima. "Hoje, temos quatro pólos produtores por meio do Programa de Valorização da Agricultura Indígena. A ideia é ampliar as áreas produtivas, com a multiplicação do conhecimento técnico entre os agricultores indígenas, para produzir mais e com melhor qualidade", disse.

Uma das técnicas que serão repassadas é a do plantio "entre covas". Aproveitando o solo previamente preparado para a cultura das melancias, aumenta-se a distância entre as covas onde serão cultivadas as frutas. Entre cada cova, são plantadas as mandiocas. Ao final de 60 dias é feita a colheita da melancia, enquanto as mandiocas permanecem por mais 120, aproveitando a adubação e os nutrientes deixados pelos arbustos das melancias, evitando desperdício.

Com essa capacitação a expectativa segundo o secretário, é de incrementar a produção já a partir desse ano e, nos próximos três, chegar à marca de 500 hectares cultivados. "Os indígenas estão buscando novos conhecimentos. Temos cada vez mais universitários e outros buscando diferentes qualificações. E os produtores também fazem parte. A qualificação vai ajudar a desenvolver as técnicas de plantio e aumentar a produção", disse. Cerca de 40 produtores indígenas devem participar da programação.

Índios albinos: traços diferenciam comunidade Kaxinawá no AC

SÍTIO ECOACRE.NET, 03.02.2015



Por Dell Pinheiro – Por meio de um trabalho de evangelização, equipe de missionários que fazem parte do projeto Ribeirinhos da Amazônia presenciaram um fenômeno raro em comunidade indígena do Estado: a presença de crianças albinas na aldeia Nova Mudança, local onde habitam índios da etnia Kaxinawá. A expedição do grupo intitulado 'Pra Jesus' aconteceu entre os dias 18 a 23 de janeiro.

"Ao chegar nessa aldeia, depois de quatro dias de viagem subindo o Rio Purus, com destino a Santa

Rosa, encontramos duas crianças indígenas albinas, uma menina e um menino. A liderança da aldeia falou que outro índio que vive na comunidade e que também tem uma coloração diferente estava para Manoel Urbano junto à mãe", comentou o fotógrafo Tiago Araújo, um dos participantes da expedição.

Ele também falou que as crianças que apresentam aspectos diferentes são vistas como um presente divino. "No momento em que chegamos ao local os índios usaram as crianças como um troféu, uma forma de amuleto. Eles são os primeiros a recepcionar os visitantes, como se todos quisessem mostrar que existe algo diferente na tribo. As pessoas que viram as fotos questionaram sobre a cultura antiga de matar as crianças que nasciam com alguma deficiência, mas não tenho conhecimento que houve relatos de índios que foram mortos por causa dessa peculiaridade", finalizou.

Sobre os Kaxinawás

O povo Kaxinawá, ou Huni Kuin (gente verdadeira), como eles se denominam, vive em terras situadas no Brasil e no Peru. No Acre, o território do povo Kaxinawá localiza-se nas regiões dos Vales do Purus e Juruá. Com uma população de aproximadamente 3.964 pessoas, perfazem um percentual de 42% da população indígena do Estado.